

Seduc propõe acordo e segue negociando com indígenas

Estado segue negociando com indígenas o fim da ocupação | Eliseu Dias/ Seduc

Na tarde deste sábado, a Seduc informou que propôs um assinatura de um Termo de Compromisso (TC) com a Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPiPA), porém as lideranças recusaram a proposta.

Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), assegura à população paraense a plena manutenção do Sistema de Organização Modular de Ensino (Some), principalmente para os povos indígenas que habitam o território paraense.

De acordo com o órgão, informações inverídicas sobre a extinção dessa modalidade de ensino foram veiculadas, motivando a ocupação, na última terça-feira (14), da sede da Seduc por um grupo de indígenas, antes do início do expediente no órgão público. Equipes da Secretaria já dialogam com as lideranças.

Na tarde deste sábado (18), a Seduc informou que mais uma vez tentou negociar com os manifestantes que ocupam o prédio da Secretaria há cinco dias. “Durante a negociação, foi proposta a assinatura de um Termo de Compromisso (TC) com a Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPiPA) e lideranças das comunidades indígenas presentes no local, firmando o compromisso na construção coletiva de um Projeto de Lei a ser encaminhado pelo Poder Executivo Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa). O documento trata da Política Estadual da Educação Escolar Indígena”, disse o órgão.

No entanto, de acordo com a secretaria, as comunidades não

aceitaram a proposta e reivindicaram pautas que não são específicas da educação indígena. “A Seduc reitera que a ocupação do prédio prejudica o trabalho administrativo da Secretaria, que conta com mais de 40 mil servidores, e esclarece que continua aberta ao diálogo para evitar prejuízos à educação no estado e à sociedade paraense”, conclui a pasta em nota.

Leia na íntegra a nota divulgada pela Seduc:

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) informa que, na tarde deste sábado (18), mais uma vez tentou negociar com os manifestantes que ocupam o prédio da Secretaria há cinco dias. Durante a negociação, foi proposta a assinatura de um Termo de Compromisso (TC) com a Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (FEPiPA) e lideranças das comunidades indígenas presentes no local, firmando o compromisso na construção coletiva de um Projeto de Lei a ser encaminhado pelo Poder Executivo Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa). O documento trata da Política Estadual da Educação Escolar Indígena.

No entanto, as comunidades não aceitaram a proposta e reivindicaram pautas que não são específicas da educação indígena. A Seduc reitera que a ocupação do prédio prejudica o trabalho administrativo da Secretaria, que conta com mais de 40 mil servidores, e esclarece que continua aberta ao diálogo para evitar prejuízos à educação no estado e à sociedade paraense.

Fonte: Agência Pará e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 20/01/2025/19:50:39

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal

uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a receber as notícias do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 984046835– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Narges Mohammadi, ganhadora do Nobel da Paz, foi condenada a 154 chibatadas e a 31 anos de cadeia

Narges Mohammadi foi presa 13 vezes no Irã (Foto>FUNDAÇÃO NARGES MOHAMMADI/AFP)

A iraniana conquistou a premiação hoje por combater a opressão contra mulheres que desafiam o governo ao deixar de usar o véu em público

A defensora dos direitos humanos Narges Mohammadi, vencedora do prêmio Nobel da Paz 2023 nesta sexta-feira (6), está presa; ela foi condenada cinco vezes a penas que somam 31 anos de cadeia e ainda recebeu a sentença de 154 chibatadas.

Tudo isso por conta do combate à opressão das mulheres, no Irã, que desafiam o poder público ao deixar de usar o véu, obrigatório no país em espaços públicos. Essa foi a razão para que a Real Academia de Ciências da Suécia concedesse a ela o prêmio.

“Sua valente luta teve um custo pessoal altíssimo. No total, o regime [dos aiatolás] prendeu a ativista 13 vezes, além de condená-la em cinco ocasiões a sentenças que somam um total de 31 anos de prisão e 154 chibatadas”, declarou a presidente do comitê norueguês do Nobel, Berit Reiss-Andersen.

O prêmio de Mohammadi chega como pano de fundo de uma forte onda de protestos na república islâmica depois da morte de Mahsa Amini, há um ano, quando ela estava presa e sob responsabilidade da polícia.

A jovem iraniana foi detida por supostamente ter violado o

restrito código de vestimenta para as mulheres, que impõe cobrir a cabeça com um véu e usar roupas discretas.

Narges Mohammadi e os direitos humanos

Narges Mohammadi, de 51 anos, dedicou sua vida à defesa dos direitos humanos no Irã, ao se opor ao uso obrigatório do véu e à pena de morte. Tal postura lhe rendeu repetidas prisões desde que tinha 22 anos, quando foi presa pela primeira vez.

Depois do anúncio do Nobel da Paz, a ONU (Organização das Nações Unidas) e o Comitê do Nobel cobraram o Irã pela liberdade de Mohammadi, hoje detida na prisão de Evin, na capital, Teerã, onde, segundo a ONG Repórteres sem Fronteiras, ocorre um “assédio judicial e policial para silenciá-la”.

Mohammadi também é jornalista e vice-presidente do Centro para os Defensores dos Direitos Humanos, fundado pela iraniana Shirin Ebadi, também vencedora do prêmio Nobel da Paz, que luta, entre outras causas, pela abolição da pena de morte.

Reiss-Andersen explicou que a jornalista foi premiada “pela sua luta contra a opressão das mulheres no Irã e para promover os direitos humanos e a liberdade para todos”. É um “momento histórico para a luta pela liberdade no Irã”, declarou a família de Mohammadi ao saber da notícia.

“Dedicamos este prêmio a todos os iranianos e, especialmente, às mulheres e meninas iranianas que inspiraram o mundo inteiro com a sua bravura e a sua luta pela liberdade e igualdade”, acrescentou sua família numa mensagem escrita.

Mohammadi, que foi presa pela última vez em 2021, não vê o marido nem os dois filhos, exilados na França, há oito anos.

No ano passado, com a guerra da Ucrânia como pano de fundo, o Nobel da Paz foi entregue a um trio simbólico de defensores dos direitos humanos: a ONG russa Memorial (oficialmente

dissolvida na Rússia), o Centro Ucraniano para as Liberdades Civis (CCL) e o militante bielorrusso preso Ales Bialiatski.

O prêmio inclui uma medalha de ouro, um diploma e a quantia de 11 milhões de coroas suecas (cerca de R\$ 5 milhões).

Fonte: r7/ Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 07/10/2023/07:30:38

Notícias gratuitas no celular

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique no link abaixo e entre na comunidade:

* [**Clique aqui e acesse a comunidade do JORNAL FOLHA DO PROGRESSO**](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail:folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [93\) 984046835](tel:+5593984046835)– [\(93\) 98117 7649.](tel:+5593981177649)

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [- 93 - 984046835](tel:+5593984046835) (Claro) - Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com / ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

Mais de R\$ 227,1 milhões são investidos em políticas públicas para mulheres

Ações foram implementadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) no período de 2019 a 2022. Entre as iniciativas estão a Casa da Mulher Brasileira (CMB), o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (PNEF) e os projetos Qualifica Mulher e Mães do Brasil

Destinados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), investimentos de mais de R\$ 227,1 milhões garantiram melhores condições de vida para o público feminino do país. De 2019 a 2022, iniciativas como a Casa da Mulher Brasileira (CMB), o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (PNEF) e os projetos Qualifica Mulher e Mães do Brasil mudaram realidades. As ações foram realizadas com a coordenação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM/MMFDH) e chegaram à execução orçamentária recorde de 87,7%.

“Nesse governo alcançamos inclusive as mulheres até então invisibilizadas. Promovemos ações voltadas à projeção econômica, ao enfrentamento à violência, à valorização das mulheres das comunidades tradicionais, como as marisqueiras, as mulheres da floresta, as do campo e todas as demais, promovemos parcerias com órgãos públicos e entidades civis para alcançar mais mulheres”, celebra a ministra Cristiane Britto.

Para a titular da SNPM, Ana Muñoz dos Reis, o sentimento é de dever cumprido. “Ampliamos o alcance das políticas públicas destinadas a mudar realidades de mulheres do Brasil. Nesta gestão, priorizamos a valorização da dignidade por meio da atenção à mulher e suas especificidades – seja a mulher mãe, a empreendedora, a que está em situação de violência, a responsável pelo sustento da família e todas as outras”, enfatizou a secretária.

Casa da Mulher

O Governo Federal destinou cerca de R\$ 103 milhões para as unidades da Casa da Mulher Brasileira (CMB) nesta gestão. Voltadas ao atendimento humanizado, AS sete unidades em funcionamento realizaram mais de 1,1 milhão de atendimentos a mulheres em situação de violência no período de 2019 a 2022. Além disso, outras nove CMBs já estão em obras, mais 23 tiveram contratos assinados e repasses foram feitos para ampliar o número de unidades pelo país.

Estão em funcionamento as CMBs nos municípios de Campo Grande (MS), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Brasília (DF) e Boa Vista (RR). A iniciativa é da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), em parceria com órgãos públicos locais.

Sobre as unidades com obras em andamento, os serviços serão oferecidos às moradoras de Macapá (AP), Cariacica (ES), Salvador (BA), **Ananindeua (PA)**, Teresina (PI), Mossoró (RN), Cidade Ocidental (GO), Jataí (GO) e Japeri (RJ).

[Acesse mais informações sobre as CMBs](#)

Qualifica Mulher

Capacitação profissional, projeção econômica e acesso ao crédito estão entre os resultados do projeto Qualifica Mulher, que completou dois anos em novembro de 2022. A iniciativa é da

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e recebeu investimento de R\$ 69,5 milhões, com mais de 301,5 mil mulheres beneficiadas. Além dos cursos, o Qualifica também abrange o caminho à empregabilidade e o incentivo ao microcrédito para empreendedoras.

O Qualifica estimula ações que promovam a projeção econômica do público feminino, além de fomentar a qualificação profissional, o empreendedorismo e a geração de emprego e renda. Os eixos de atuação são o “Qualifica Capacita – qualificação e capacitação profissional”, o “Qualifica Empreende – capacitação para o empreendedorismo” e o “Qualifica Concretiza – caminho à empregabilidade e incentivo ao microcrédito para empreendedoras”.

[Saiba mais](#)

Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (PNEF)

Uma estratégia nacional interpoderes com a proposta de implementar políticas públicas integradas de prevenção e proteção aos direitos da mulher, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio (PNEF) foi lançado no fim do ano passado. Sob a coordenação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a iniciativa conta com cerca de R\$ 500 milhões e 55 metas.

Além do MMFDH, os recursos são provenientes dos orçamentos dos Ministérios da Saúde (MS), da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e da Cidadania (MC). As ações abrangem questões relacionadas ao mapeamento da rede de atendimento, à capacitação de Organismos de Políticas para Mulheres bem como agentes públicos envolvidos na temática, à ampliação e à equipagem da estrutura de apoio e assistência às mulheres, entre outros.

O Plano é dividido em cinco eixos estruturantes. As áreas contemplam articulação; prevenção; dados e informações;

combate e garantia de direitos; e assistência. A previsão é de que as ações sejam concluídas até 2023.

[Confira o decreto que institui o PNEF](#)

Mães do Brasil

Instituído pelo [Decreto nº 10.987/22](#), o programa Mães do Brasil é uma estratégia de promoção de políticas públicas destinadas à proteção integral da dignidade das mulheres, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos.

O Mães do Brasil tem por objetivos: I – estimular a integração de políticas públicas e fomentar ações para a promoção dos direitos relativos à gestação e à maternidade, de modo a garantir os direitos da criança nascida e por nascer, o nascimento seguro e o desenvolvimento saudável; II – reconhecer o valor da maternidade para o bem comum, a fim de amparar as mulheres no exercício integral da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos; e III – fomentar a inserção e a reinserção das mulheres mães no mercado de trabalho, a conciliação trabalho-família e a equidade e corresponsabilidade no lar. O programa e suas iniciativas podem ser implementados por municípios, organizações da sociedade civil e instituições federais. A adesão é feita por meio do [Sistema Nacional de Direitos Humanos](#).

[Acesse mais informações sobre o programa](#)

Salve uma Mulher

Instituído pela Portaria nº 2.842/2019, o projeto Salve uma Mulher consiste numa iniciativa em prol do enfrentamento à violência contra a mulher e, mais especificamente, ao assédio sexual no mundo do trabalho e à violência doméstica e familiar. As ações são desenvolvidas em parceria com órgãos públicos, entidades civis e toda a sociedade.

No âmbito das ações, 784,8 mil pessoas tiveram acesso ao material produzido para o Salve uma Mulher; 8,9 milhões de veículos transitaram nas rodovias onde estavam instalados painéis com a divulgação do projeto e do Ligue 180; 3,5 mil certificados do curso Salve uma Mulher foram emitidos; cerca de 20,1 mil materiais distribuídos, entre eles folders, cartilhas e cartazes.

Implantação do Painel de Monitoramento da Violência Doméstica e Familiar

Estruturação do Painel de Monitoramento da Violência Doméstica e Familiar, a partir do diálogo com os atores da rede de atendimento à violência doméstica e familiar. Dividido em quatro módulos: diagnóstico da violência doméstica e familiar, diagnóstico das ocorrências registradas nas polícias e denúncias recebidas nos canais de atendimento, diagnóstico dos equipamentos e recursos humanos empregados no enfrentamento da violência doméstica e familiar e diagnóstico das estratégias de enfrentamento da violência doméstica e familiar. A implementação do painel se deu a partir do desenvolvimento de formulários digitais preenchidos pelos atores da rede de atendimento.

NUIAM

O Núcleo Integrado de Atendimento à Mulher (NUIAM) contempla o atendimento às mulheres em situação de violência de forma humanizada e integral, no momento do registro da ocorrência policial, em espaço físico exclusivo, com ambientação acolhedora e aconchegante, isolado do atendimento para outras ocorrências, em delegacia não especializada. As salas são equipadas de forma a permitir que as mulheres possam, além de registrar ocorrência policial, receber orientações e encaminhamento de profissionais das áreas de psicologia, direito e serviço social, de forma integrada, conforme as parcerias oportunamente desenvolvidas com instituições de ensino superior.

Plano de Contingência da Violência Doméstica contra a Mulher no Contexto da Covid-19

Em maio de 2020, foi lançado o Plano de Contingência da Violência Doméstica no Contexto da COVID-19, com o objetivo geral de “fortalecer o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher durante o período da pandemia de COVID-19, considerando a necessidade de isolamento social e confinamento”.

O Plano de Contingência distribuiu as ações em quatro eixos: prevenção, combate, garantia de direitos e assistência. Ressaltam-se as iniciativas da Campanha “Alô, Vizinho”, os cursos de capacitação para a rede de atendimento, a distribuição de cestas básicas para mulheres em situação de vulnerabilidade e as articulações para ampliar o acesso a ferramentas de TIC.

Pró-Equidade

Como forma de reafirmar o compromisso do governo federal em promover a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) anunciou, em novembro deste ano, o lançamento da 7^a edição do programa Pró-Equidade, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília (DF). Durante a cerimônia, a ministra Cristiane Britto assinou a portaria, publicada no Diário Oficial da União (DOU).

[Acesse a publicação](#)

Executado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM/MMFDH), o programa oferece para empresas e instituições participantes a possibilidade de obter o “Selo Pró-Equidade” – um reconhecimento público à adoção de práticas corporativas de igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, constituindo um pilar fundamental para o êxito da gestão organizacional.

Já a 6ª Edição do Pró-Equidade foi lançada no ano de 2015 e contou com a participação de 122 empresas, destas 65 organizações receberam o selo e 57 não.

Mais mulheres na política

Estimula a participação feminina nos espaços de poder e decisão do país. O programa foi ampliado em 2021, com a campanha suprapartidária Filia Mulher e o lançamento do curso Mais Mulheres na Política, capacitação que conta com a parceria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A iniciativa visa ao fomento de candidaturas femininas planejadas, competitivas e fortalecidas para a disputa eleitoral de 2022. Hoje, também, o Ligue 180 está preparado para receber denúncias de violência política contra a mulher.

Projeto Mulheres Escalpeladas

Tem por objetivo erradicar o acidente de escaldamento causado, principalmente, na região Norte do Brasil, e proporcionar apoio logístico e material às vítimas, a fim de reduzir as consequências físicas e psicológicas de 650 mulheres beneficiárias até ao final dos dois anos do projeto do lançamento do projeto.

O MMFDH instituiu, por meio do Decreto nº 10.784, de 31 de agosto de 2021, o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor a instituição do Programa de Enfrentamento ao Escaldamento.

Denuncie

O Ligue 180 está sob a gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). O canal recebe denúncias de violências, além de compartilhar informações sobre a rede de atendimento e orientar sobre direitos e legislação vigente. O disque denúncia pode ser acionado por meio de ligação gratuita, [site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos \(ONDH\)](#), [aplicativo Direitos Humanos](#), Telegram

(digitar na busca “Direitoshumanosbrasil”) e WhatsApp (61-99656-5008). O atendimento está disponível 24h por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Por:Jornal Folha do Progresso em 25/12/2022/07:05:53

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadopresso.com.br e-mail:folhadopresso.jornal@gmail.com/ou e-mail:adeciopiran.blog@gmail.com

<https://www.folhadopresso.com.br/segredos-de-uma-sport-bet-de-sucesso-como-melhorar-a-sua-rentabilidade/>

Qualifica Mulher: investimento de R\$ 69,5 milhões garante capacitação profissional para mais de

301,5 mil mulheres

Mulheres do Instituto Proeza, no DF, apoiadas pelo Qualifica Mulher, trabalharam durante três anos até a finalização da fachada em crochê (Foto: Hilton Silva – Ascom MMFDH)

Portaria que institui o projeto completou dois anos neste sábado (10). Promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), o Qualifica também engloba o caminho à empregabilidade e o incentivo ao microcrédito para empreendedoras

Capacitação profissional, projeção econômica e o acesso ao crédito estão entre os resultados do projeto Qualifica Mulher, que completou dois anos neste sábado (10). A iniciativa é da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e recebeu investimento de R\$ 69,5 milhões, com mais de 301,5 mil mulheres beneficiadas. Além dos cursos, o Qualifica também abrange o caminho à empregabilidade e o incentivo ao microcrédito para empreendedoras.

[Acesse a Portaria nº 3.175/20](#)

“O alcance do Qualifica Mulher em apenas dois anos demonstra a importância em preservar a dignidade da mulher. Por meio da qualificação e do acesso ao crédito, damos visibilidade ao trabalho desenvolvido por mulheres nos diversos setores, fazendo com que cada uma delas reconheça o seu potencial”, afirma a titular da SNPM, secretária Ana Muñoz Reis.

O Qualifica estimula ações que promovam a projeção econômica do público feminino, além de fomentar a qualificação profissional, o empreendedorismo e a geração de emprego e renda. Os eixos de atuação são o “Qualifica Capacita – qualificação e capacitação profissional”, o “Qualifica Empreende – capacitação para o empreendedorismo” e o “Qualifica Concretiza – caminho à empregabilidade e incentivo

ao microcrédito para empreendedoras”.

O projeto é destinado, prioritariamente, a mulheres em situação de vulnerabilidade social, que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental e/ou médio ou que não tenham escolaridade. Os cursos abrangem temas elaborados de acordo com os arranjos produtivos locais de cada estado e município, como, por exemplo, educação financeira, marketing digital, artesanato, moda, costura e beleza, além de dicas para formalizar o próprio negócio por meio do Microempreendedor Individual (MEI).

[Faça a inscrição nos cursos](#)

“Com dois anos de projeto, o Qualifica Mulher está presente em cinco regiões do Brasil e beneficiou mais de 300 mil mulheres por meio de 142 projetos, entre convênios, fomentos, termos de execução descentralizada (TEDs) e acordos de cooperação técnica (ACTs)”, afirma a diretora de Políticas de Autonomia Econômica e Relações Sociais das Mulheres da SNPM/MMFDH), Fernanda Marsaro.

[Acesse a página do projeto](#)

Projeção econômica

As ações do projeto Qualifica Mulher contemplam as dimensões para a projeção econômica do público feminino. Os quesitos contemplam a parte física – que representa o controle do corpo e as decisões sobre saúde e integridade física livre de violência; o fator econômico – voltado à capacidade de adquirir e controlar os recursos econômicos; e a parte decisória – que engloba a participação em decisões que afetam a vida coletiva e individual.

Neste contexto, a diretora Fernanda Marsaro ressalta os desafios da mulher no mercado de trabalho e reforça a importância da capacitação. “A educação e a qualificação fortalecem as mulheres. Neste sentido, o compromisso do

Qualifica é potencializar os talentos para que elas sejam capazes de se desenvolver e de ingressar no mundo do trabalho", completa.

Parceria

Os parceiros do Qualifica Mulher podem ser da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, além das entidades privadas com ou sem fins lucrativos. A parceria pode ser realizada por meio de convênios, acordos de cooperação técnica (ACTs), termos de fomento, acordos de cooperação com organização da sociedade civil, acordos de cooperação com entidade privada com fins lucrativos ou termos de execução descentralizada (TEDs).

Entre os órgãos parceiros estão o Ministério da Cidadania (MCid), a Associação Aliança Empreendedora, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Sest/Senat), o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo (Simp), além das instituições financeiras que oferecem oportunidades de créditos exclusivas, como o Banco da Amazônia S.A (Basa), o Banco do Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Sicoob Divicred de Divinópolis/MG e a Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro (AgeRio).

Fonte:Ascom MMFDH

Por:Jornal Folha do Progresso em 14/12/2022/17:25:41

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

"Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte."

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) -Site:

www.folhadoprogresso.com.br

mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou

adeciopiran.blog@gmail.com

e -

e-mail:

<https://www.folhadoprogresso.com.br/como-michael-essien-jogou-no-ac-milan/>

RAADH: ministra destaca ações do governo brasileiro para proteção de grupos vulneráveis

(Foto: Clarice Castro / Ascom MMFDH) -Proteção de mulheres, pessoas idosas, população negra e povos e comunidades tradicionais são enfoque do Brasil na 40ª Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul (RAADH)

Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, Operação Maria da Penha, Operação Vetus, Abrace o Marajó e Operação Acolhida foram algumas das ações do Governo Federal citadas pela Ministra Cristiane Britto durante encontro.

Atitular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Cristiane Britto, participou, nesta quinta-feira (10), da plenária virtual da 40ª Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul (RAADH). Durante a reunião, a ministra enfatizou as ações do governo brasileiro para o combate ao Covid-19 e a proteção dos direitos humanos de mulheres, pessoas idosas, pessoas negras e

povos e comunidades tradicionais.

“Desde os últimos quatro anos, obtivemos significativas conquistas em distintas áreas voltadas à proteção dos direitos humanos, mesmo com o grande desafio representado pela pandemia e a necessidade de recuperação social e econômica de nossa sociedade”, reforçou a gestora.

Cristiane Britto chamou atenção para o [Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio](#), instituído em janeiro deste ano, e para a [Operação Maria da Penha](#), realizada em agosto. “A ação age de maneira efetiva para proteger e combater todos os tipos de violência contra as mulheres no país. A operação resultou em 12,3 mil prisões, atendendo mais de 127 mil mulheres”, informou.

Outro destaque da delegação brasileira foi o compromisso do Brasil com o combate e a prevenção ao racismo. Como exemplo, a titular do MMFDH lembrou da ratificação, neste ano, da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, com status de norma constitucional.

A ministra citou ainda a [Operação Vetus](#), criada pelo governo para coibir os crimes de violência contra a pessoa idosa em todo o país. “A operação teve 16,9 mil vítimas atendidas e mais de 600 prisões”, salientou Cristiane Britto.

Abrace o Marajó

O [programa Abrace o Marajó](#), desenvolvido pelo MMFDH, também foi lembrado durante a reunião. “A iniciativa prevê investimentos da ordem de 930 milhões de dólares até 2023. São mais de 110 ações inovadoras, nos eixos de desenvolvimento social, infraestrutura, desenvolvimento produtivo e desenvolvimento institucional”, afirmou a ministra Cristiane Britto às autoridades da RAADH.

Migração

A posição do Brasil com relação a migração também foi apresentada durante a plenária virtual da RAADH. A política brasileira neste tema é caracterizada por uma abordagem de não criminalização da migração, ao priorizar a regulação migratória, a proteção dos direitos dos migrantes e refugiados e a integração socioeconômica sem qualquer tipo de discriminação.

Atualmente, a nação brasileira concede visto de acolhida humanitária aos ucranianos e apátridas afetados pelo conflito na Ucrânia; aos haitianos e aos apátridas residentes no território da República do Haiti; às pessoas afetadas pelo conflito na Síria; e a nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão.

A delegação brasileira chamou atenção ainda para Operação Acolhida, resposta brasileira ao fluxo venezuelano por meio de uma força-tarefa multissetorial que reúne agências governamentais, entidades da sociedade civil e de organismos internacionais para promover o ordenamento da fronteira, o abrigamento de refugiados e a interiorização, de modo a assegurar que possam viver no Brasil sem sofrer qualquer tipo de discriminação.

“O Brasil abriga, atualmente, mais de 345 mil venezuelanos, entre imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio”, lembrou a ministra Cristiane Britto.

Políticas para as mulheres

Os representantes do Brasil deixaram claro que a elaboração e a implementação de políticas para as mulheres são prioridade absoluta para o governo federal brasileiro e lembraram aos participantes algumas iniciativas coordenadas pelo MMFDH.

O projeto [Mais Mulheres no Poder](#), lançado em 2020, foi uma das iniciativas destacadas. A ação é uma estratégia de

conscientização sobre a participação política das mulheres em cargos eletivos, de poder e de decisão, bem como o pleno exercício da democracia representativa e participativa.

“Com a implementação do projeto, pudemos estimular a participação política, democrática e igualitária das mulheres nos espaços de poder e de decisão. Além disso, fomentamos o conceito de cidadania participativa no sistema democrático igualitário por meio do debate sobre o papel da mulher na política e em cargos de liderança”, concluiu a ministra Cristiane Britto.

A RAADH conta com a participação das altas autoridades em matéria de direitos humanos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, além de serem convidados representantes dos Estados associados ao Mercosul.

Sobre a RAADH

Entre os principais objetivos da RAADH está contribuir para a consolidação dos direitos humanos como um eixo fundamental do processo de integração política e social do MERCOSUL. Outro objetivo é promover estratégias, políticas e ações comuns relacionadas aos direitos humanos.

As reuniões são semestrais, realizadas nos países que ocupam a presidência *pro tempore* do bloco. Nesta edição da RAADH, estiveram reunidas oito comissões permanentes: Educação e Cultura em Direitos Humanos; Direitos das Pessoas Idosas; Direitos de Pessoas com Deficiência; Discriminação, Racismo e Xenofobia; Iniciativa Niñ@sur – Adolescentes; LGBTI; Memória, Verdade e Justiça e Gênero e Direitos Humanos das Mulheres.

Por:Jornal Folha do Progresso em 11/11/2022/07:05:53

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 98404 6835- (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar

até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte."

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: -93- 984046835 (Claro) -Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

<https://www.folhadoprogresso.com.br/criptomoedas-estrategias-para-investir-e-a-adequacao-do-meio-juridico/>